



***EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DE MINAS GERAIS***

***Processo nº 1.013.245***

***Auditoria***

***Responsáveis: Adilton Gomes dos Santos e outros***

***Câmara Municipal de Conceição do Pará***

***ADILTON GOMES DOS SANTOS, JOSÉ CLEBIS RODRIGUES e  
LOURIVAL SOARES DOS SANTOS***, já qualificados nos autos do processo em epígrafe, por seu procurador subscritor, com endereço profissional na Av. Coronel José Dias Bicalho, nº 559, sala 102, bairro São José, Pampulha, Belo Horizonte/MG, CEP nº 31.275-050, local onde recebe intimações, vem, perante Vossa Excelência, interpor

**RECURSO ORDINÁRIO**

em razão da decisão definitiva proferida pelos Senhores Conselheiros da Segunda Câmara deste colendo Tribunal de Contas, nos autos da Auditoria nº 1.013.245, consoante razões anexas.

Com as cautelas da lei, requer seja o presente recebido e regularmente processado, eis que presentes os pressupostos de admissibilidade.

Nestes termos, pede deferimento.

Belo Horizonte, 11 de agosto de 2021.

***Joaquim Antônio Murta Oliveira Pereira***  
***OAB/MG 139.385***



## ***RAZÕES RECURSAIS***

***Recorrentes: Adilton Gomes dos Santos e outros***

***Eméritos Conselheiros***

### ***I – DOS FATOS***

Trata-se de Auditoria realizada na Câmara Municipal de Conceição do Pará, que teve por objeto analisar a regularidade das despesas com verbas indenizatórias ressarcidas aos vereadores locais nos exercícios de 2015 e 2016.

Após regular trâmite processual, os apontamentos de irregularidade da auditoria de conformidade foram julgados parcialmente procedentes, aplicando-se multa aos Presidentes da Câmara no período em questão, em razão de irregularidades no ordenamento de despesas de verbas indenizatórias em desacordo com o regramento legal municipal.

Ademais, foi determinado o ressarcimento ao erário pelos Recorrentes Adilton Gomes dos Santos e Lourival Soares dos Santos, beneficiários dos valores recebidos irregularmente, solidariamente com os Presidentes que autorizaram os respectivos pagamentos.

Com a devida vênia, em que pese o entendimento expresso pelo ilustre Relator na fundamentação da decisão, tal entendimento não deve prosperar, frente às justificativas demonstradas a seguir.

### ***II – DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO***

Inicialmente, verifica-se que estão satisfeitos os requisitos de admissibilidade do presente Recurso Ordinário, uma vez que é o recurso cabível contra decisão definitiva proferida pela Primeira Câmara deste egrégio Tribunal de Contas e tempestivo, pois aviado no prazo legal.



Assim, satisfeitos todos os requisitos de admissibilidade, o presente Recurso Ordinário deve ser conhecido.

### ***III – MÉRITO***

#### ***a) Da ausência de dano ao erário***

A decisão recorrida concluiu que os Recorrentes não comprovaram a realização das despesas que ensejaram o recebimento da verba indenizatória, razão pela qual foi determinado o ressarcimento ao erário municipal.

Conforme se depreende da decisão recorrida, alguns dos recibos das despesas de locação de veículos foram recebidos pela Câmara em 2017, embora se referissem a despesas de 2015 e 2016, indicando a irregularidade no pagamento da verba indenizatória e ensejando a aplicação de multa e a determinação de ressarcimento ao erário.

Com a devida vênia, tal entendimento não merece prosperar, senão vejamos.

Inicialmente cumpre ressaltar que os Recorrentes reafirmam que entregaram, a tempo e modo, os comprovantes das despesas realizadas que ensejaram os pagamentos recebidos. Inclusive, a Câmara não fazia o pagamento da verba indenizatória sem a prévia apresentação dos recibos.

De toda sorte, uma vez que a Câmara Municipal informou a este Tribunal que não localizou os comprovantes de despesa em questão, os Recorrentes procuraram aqueles que haviam emitidos os recibos e solicitaram a emissão de novos recibos, que foram, posteriormente, encaminhados à Câmara Municipal.

Neste contexto, dois pontos merecem destaque.

O primeiro diz respeito ao fato de que a Câmara não fornecia aos Vereadores nenhum recibo ou protocolo dos documentos entregues, o que impossibilita aos Recorrentes comprovar que entregaram os recibos tempestivamente à Câmara Municipal.



Ora, se os Vereadores não recebiam nenhum comprovante de que entregaram a documentação na Câmara, como pode ser imputado aos Recorrentes o ônus de comprovar que entregaram os recibos à Câmara Municipal? Se não lhes pode ser imputado o ônus de comprovar que entregaram os recibos na Câmara, não lhe pode ser determinado a efetivação do ressarcimento ao erário.

Ademais, os Vereadores também deram quitação à Câmara Municipal, atestando o recebimento da verba indenizatória em conformidade com a legislação de regência.

O segundo ponto diz respeito à força probatória dos novos recibos entregues à Câmara em 2017. Embora esses recibos não sejam os recibos entregues originariamente pelos Recorrentes, não há nos autos elementos que permitem afastar a força probatória de seu conteúdo, qual seja, a realização de despesas reembolsáveis mediante verba indenizatória.

Por conseguinte, ausentes elementos para afastar a força probante desses recibos, devem ser aceitos como suficientes para comprovar a realização das despesas que ensejaram o pagamento das verbas indenizatórias, razão pela qual não é cabível a determinação de ressarcimento ao erário, conforme jurisprudência deste Tribunal:

***RECURSO ORDINÁRIO. AUDITORIA. ADMISSIBILIDADE. MÉRITO. DESPESAS COM VERBAS DE GABINETE, VIAGENS E AJUDA DE CUSTO. RECEBIMENTO DE VERBA INDENIZATÓRIA. CARÁTER INDENIZATÓRIO. GASTOS RELATIVOS AO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE LEGISLATIVA. AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO AO ERÁRIO. MULTAS DESCONSTITUÍDAS. REGULARIDADE. PROVIMENTO. MANTIDAS DEMAIS DETERMINAÇÕES DA DECISÃO.***

***1. A utilização de valores públicos sujeita o responsável à devida prestação de contas, nos termos preceituados no art. 71 da CR/88, nos moldes estabelecidos pelo Tribunal de Contas e em conformidade com os princípios da administração pública, notadamente da legalidade, moralidade, finalidade e motivação.***

***2. O recebimento de verba indenizatória, prevista no ordenamento jurídico municipal e acompanhadas das respectivas notas fiscais, para arcar com despesas de gabinete, viagens e ajuda de custo, embora ausente da necessária comprovação de utilização de acordo com a finalidade***



*administrativa, não presume dano ao erário.* (Recurso Ordinário nº 1.082.483. Relator Conselheiro Sebastião Helvecio. DOC de 07/05/2021)

**INSPEÇÃO ORDINÁRIA. CÂMARA MUNICIPAL. PREJUDICIAL DE MÉRITO. IRREGULARIDADES PASSÍVEIS DE MULTA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. RECONHECIMENTO. MÉRITO. GASTOS COM TELEFONIA E COMBUSTÍVEL. LEI AUTORIZATIVA. DESPESAS COMPROVADAS. DANO NÃO PRESUMIDO. VERBA INDENIZATÓRIA. DANO AO ERÁRIO. RESSARCIMENTO. ARQUIVAMENTO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.**

*1. Uma vez constatado o transcurso de mais de 08 (oito) anos entre a primeira causa interruptiva da prescrição (despacho ou decisão que determinou a realização da inspeção) e a decisão de mérito, para os processos autuados até 15/12/2011, impõe-se o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva para as irregularidades passíveis de multa, nos termos do art. 118-A, inciso II, da Lei Complementar n. 102/2008.*

*2. O custeio de verba indenizatória, de despesas pessoais dos vereadores, alheias ao exercício do cargo, e em valor fixo, constitui subsídio indireto, vedado na Constituição da República, e enseja ressarcimento.*

*3. Existindo lei autorizativa e também comprovantes de despesas nos autos, sem a comprovação de que gastos com combustíveis e telefonia tenham sido realizados para atender a interesses particulares dos favorecidos, não pode o dano ao erário ser presumido.* (Inspeção Ordinária nº 747.785. Relator Conselheiro José Alves Viana. DOC de 25/11/2020).

Outrossim, na hipótese de os recibos não serem considerados como suficientes para comprovar a efetiva realização das despesas reembolsadas, infere-se que o conjunto probatório acostado aos autos, notadamente os recibos das despesas realizadas que, mesmo sendo entregues posteriormente à Câmara, comprovam a realização das despesas que ensejaram os pagamentos em questão, bem como a quitação dada pelos Vereadores à Câmara Municipal, atestando que os requisitos da legislação de regência foram cumpridos, devem ser considerados como provas indiciárias das despesas realizadas, de modo a afastar a determinação de ressarcimento ao erário, conforme firme a jurisprudência deste Tribunal:

**RECURSO ORDINÁRIO. PROCESSO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO ORDINÁRIA. PRELIMINARES. ADMISSIBILIDADE. ARGUIÇÃO DE INCOMPETÊNCIA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS PARA JULGAR ATOS DE GESTÃO DO CHEFE DO EXECUTIVO. PRELIMINAR REJEITADA. PRESCRIÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. APLICAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STF NO JULGAMENTO DO RE N. 669069. NÃO ACOLHIMENTO. MÉRITO. DESPESA REALIZADA. NÃO COMPROVAÇÃO POR MEIO DE NOTA**





***FISCAL. CONJUNTO PROBATÓRIO INDICIÁRIO DA REGULARIDADE DA DESPESA. REFORMA DA DECISÃO.***

***1. O Chefe do Poder Executivo, nos casos em que atua na qualidade de gestor e ordenador de despesa, submete-se ao julgamento das contas de gestão pelo Tribunal de Contas (art. 71, inciso II, da CR/88).***

***2. A prescrição da pretensão de ressarcimento ao erário discutida pelo STF no RE n. 669.069 refere-se à hipótese de ressarcimento à fazenda pública em decorrência de ilícito civil. Já o Tribunal de Contas examina a legalidade dos atos de despesa do gestor público, que dizem respeito à administração da coisa pública e se enquadram na hipótese de imprescritibilidade prevista no art. 37, § 5º, da Constituição da República.***

***3. É regular a despesa cuja quitação fica demonstrada de forma indiciária pelo conjunto probatório dos autos. (Recurso Ordinário nº 997.825. Relator Conselheiro em exercício Hamilton Coelho. DOC de 04/07/2018)***

Deste modo, tendo em vista que restou comprovada a efetiva realização das despesas que ensejaram os pagamentos da verba indenizatória, o presente recurso deve ser provido, para julgar totalmente improcedente os apontamentos de irregularidade da auditoria de conformidade e, conseqüentemente, cancelar a determinação de ressarcimento ao erário e a multa aplicada.

***IV – CONCLUSÃO***

Por todo exposto, os Recorrentes requerem seja o presente recurso recebido, processado e ao final provido, para julgar totalmente improcedente os apontamentos de irregularidade da auditoria de conformidade e, conseqüentemente, cancelar a determinação de ressarcimento ao erário e a multa aplicada.

Nestes termos, pede deferimento.

Belo Horizonte, 11 de agosto de 2021.

***Joaquim Antônio Murta Oliveira Pereira***  
***OAB/MG 139.385***